



FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Thiago Lindman RA: 1297

Carlos Richard da Silva RA: 12530

TCC

A importância do fluxo de caixa para a gestão de pequenas empresas

Pirassununga SP

2022

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA PARA A GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

Resumo:

Este estudo demonstra a importância do Fluxo de Caixa e a relativa dificuldade encontrada em organizar e manter esse procedimento em um ambiente saudável e competitivo. Ele baseia-se na premissa de que todas as “Entradas” no caixa servem de ponto de partida para controlar também as “Saídas”, visando conhecer o que pode ser aplicado, para que não fique dinheiro ocioso sem rendimento. Um grande problema que assola diversas empresas dos mais variados tamanhos é o mau controle do fluxo de caixa. Isso pode resultar tanto em falta de dinheiro na hora de pagar alguma despesa, como em dinheiro parado, sobrando e ocioso, o que revela ineficiência, com agravantes, pois esse dinheiro poderia estar rendendo juros bancários ou ser aplicado na aquisição de algum equipamento que possa aumentar a produtividade na produção ou na prestação de serviços. O estudo procura apresentar um modelo de procedimentos a serem adotados pela organização visando: evitar um controle de fluxo de caixa pouco eficiente; mostrar falhas inclusive na administração. O estudo tem como fator primordial explicar e ensinar as empresas a administrar e controlar seus procedimentos, particularmente aqueles relacionados a entradas e saídas de capital.

Palavras chave: Fluxo de Caixa; Aplicação de Excedentes; Controle Contábil.

1 Introdução

A prática habitual, rotineira, de se fazer o Fluxo de Caixa pelos Escritórios de Contabilidade no Brasil seria uma medida viável a ser incentivada, uma vez que preveniria muitos processos administrativos a caminho da falência.

A prática de procedimentos de Fluxo de Caixa na pequena empresa deve ser estimulada, pois as pesquisas têm revelado que a ausência dessa atividade é uma das principais razões de mortalidade de pequenos negócios (LANA, apud MARION, 2009).

Segundo Gitman (2006), uma pequena ou microempresa, geralmente de um dono só e poucos empregados, consegue “capital de recursos pessoais ou através de empréstimos e são responsáveis por todas as decisões de negócios”. O proprietário individual, da empresa familiar, da pequena ou microempresa tem responsabilidade limitada, pois o “total de seus ativos, não meramente o montante originalmente investido, pode ser exigido para cobrir dívidas de negócios”.

O dono desse pequeno negócio, geralmente, não tem o costume de fazer planejamento financeiro nem Fluxo de Caixa, o que coloca seu negócio no grupo de risco de mortalidade. Muitas vezes, ele é o próprio responsável pela função financeira, ao contrário das grandes empresas, que têm vários contadores para as tarefas contábeis.

Gitman (2006, p. 40) distingue entre contabilidade e finanças: “uma é relativa à ênfase sobre fluxos de caixa e a outra diz respeito à tomada de decisões”.

A situação-problema que despertou a atenção para o tema foi à constatação de que quanto menor o empreendimento, maiores são os riscos de insucesso, “o que não elimina a possibilidade de sucesso de um pequeno negócio, desde que observadas regras mínimas de administração”, entre as quais o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC) (LANA apud MARION, 2009, p. 194).

Segundo Lana (apud MARION, 2009, p. 194), entre os vários fatores que podem levar um negócio ao insucesso, pode ser destacada dois: a) um dos erros mais frequentes entre os empreendedores novatos é o de “delegar ao contador ações que seriam de sua competência”; b) a maioria dos novos empresários saiu da condição de empregado para a de patrão, sem passar por um curso de formação

de empreendedor.

O problema em foco é a constatação de que entre as principais razões de falências ou insucessos das empresas, “uma delas é a falta de planejamento financeiro ou a ausência total de fluxo de caixa e a previsão de fluxo de caixa (projetar as receitas e as despesas da empresa)” (MARION, 2004, p. 110).

As empresas sejam elas grandes médias ou pequenas, necessitam de um planejamento metódico, que possibilite a descoberta de qualquer desvio dos rumos estabelecidos. São os descuidos no planejamento que abrem brechas para os insucessos.

O mercado empresarial brasileiro pode tirar lições de grande utilidade, observando as experiências de outros países mais disciplinados quanto à organização de suas empresas.

Assim, é o momento de se pensar em medidas organizacionais, como o planejamento financeiro, o fluxo de caixa, para que se possam evitar problemas como os já noticiados de “mortalidade das pequenas empresas”. Nesse caso, chega-se à seguinte questão:

“Qual a importância da implantação do Fluxo de Caixa no gerenciamento financeiro nas pequenas empresas, e os benefícios que sua prática sistemática e habitual pode trazer?”

Com a implantação do Fluxo de Caixa na pequena empresa, o risco de insucesso diminuirá, pois, o controle de entrada e saída de dinheiro demonstrará a real situação financeira do negócio, alertando para os sinais de perigo.

Haverá um aumento do controle antes que decisões mal tomadas possam ameaçar a sobrevivência da empresa. Haverá uma contribuição para melhorar a organização financeira, oferecendo maior segurança aos participantes da empresa, quando ronda entre os empregados o temor do desemprego.

O processo de implantação do Fluxo de Caixa será realizado com foco e objetivo definidos. A empresa ganhará competitividade no mercado, pois o capital bem investido traz retorno satisfatório, evitará prejuízos com uma organização

financeira mais atenta ao Fluxo de Caixa.

Com base nesse entendimento, o presente projeto defende a seguinte hipótese:

“A prática de Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no gerenciamento das empresas reduz os riscos de, repentinamente, o gerente descobrir que os negócios estão à beira da falência”.

O objetivo geral do estudo é identificar as principais razões do insucesso de tantas pequenas empresas, bem como conhecer as relações entre a mortalidade destas e a falta de qualquer tipo de planejamento operacional, e apresentar sugestões relativas à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) que possam prevenir insucessos.

Os objetivos intermediários são: a) Conceituar o Fluxo de Caixa; b) discorrer sobre o Fluxo de Caixa na pequena empresa; c) destacar as contribuições que o controle do Fluxo de Caixa pode oferecer às empresas; destacar os benefícios do estabelecimento do Fluxo de Caixa para a pequena empresa.

A justificativa para pesquisar o tema em foco apoia na constatação de que uma das principais razões de falência das empresas é a falta de planejamento financeiro, inclusive a prática de se elaborar a “demonstração do fluxo de caixa” (DFC), o que evidencia a pertinência de um estudo sobre o tema e a prática de medidas, para um enfrentamento dos problemas.

Uma vez constatado o fator negativo citado, justifica-se um estudo sobre o tema, visando conscientizar os donos de pequenas empresas sobre a importância de incluir o Fluxo de Caixa nos seus registros contábeis.

2 Referencial Teórico

2.1 Importância, Conceito e Objetivos

A importância do controle do Fluxo de Caixa está na mesma medida em que se situa a necessidade de garantir a empresa aberta, funcionando, a salvo da falência. Pode-se dizer que o DFC é um dos fatores garantidores do sucesso de uma empresa, seja ela grande média ou pequena. Também são destacados os

fatores pouco favoráveis à prática do Fluxo de Caixa, que permeiam o ambiente empresarial.

Entre os conceitos de fluxo de caixa destacam-se os seguintes:

- a) Prática de “medir o resultado do período (Modelo Operacional) em termos financeiros (Resultado do Negócio – semelhante a uma DRE)” ou como um “Modelo Completo, incluindo todas as alterações no caixa, as de investimentos (compra e venda de ativo...) e as de financiamento (obtenção de novos recursos no mercado...)” (MARION, 2004, p. 111);
- b) Controle adotado pelo administrador financeiro que tem como objetivo básico a projeção das entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis para a empresa;
- c) “movimento de caixa” (MATARAZZO, 2003, p. 363).

Os objetivos do fluxo do caixa são:

- a) avaliar alternativas de investimento; b) avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários; c) avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de liquidez; d) certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados (MATARAZZO, 2003, p. 364).

Segundo Matarazzo (2003, p. 373), “as entradas e saídas de caixa de uma empresa sempre batem”. Mesmo quando a empresa está inadimplente, deixando de cumprir parte ou a totalidade de seus compromissos, o saldo do caixa bate. Na hipótese de uma empresa ser mal administrada, fazendo empréstimos de curto prazo para cobrir prejuízos, realizar investimentos sem retorno, e que, portanto, não poderá pagá-los, ainda assim, as entradas e saídas apresentam-se batidas.

Para Matarazzo (2003), o uso da Demonstração de Entradas e Saídas de Caixa é perigoso justamente pelo fato de apresentarem-se sempre batidas as entradas

e saídas. Mesmo quando a empresa está inadimplente, as entradas e saídas apresentam-se batidas.

A Demonstração do Fluxo de Caixa, apesar de ser de grande utilidade, geralmente não é divulgada pela empresa, talvez por ser exclusivamente de uso interno.

Neste estudo, foram considerados quatro fatores que prejudicam a prática sistemática do DFC entre os brasileiros: a) o fato de que a “contabilidade no Brasil dá pouco valor à DFC”, ao menos até recentemente. A maioria dos “Escritórios de Contabilidade que presta serviços às micro e pequenas empresas não faz DFC”, o que compromete o sucesso gerencial de seus clientes; b) “a cultura do empresário brasileiro, que não gosta de revelar a origem e o uso de seu dinheiro, entendendo que é uma informação de foro íntimo”; c) o índice de sonegação por parte dos empresários, que trabalham com o “Caixa 2”, pelo qual movimentam o dinheiro sonegado, ou seja, ilícito (MARION, 2004, p. 111).

2.2 Empresa de Pequeno Porte

Segundo Cordeiro et. al. (2005, p.166), a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (EPP) podem ser classificadas pela Lei, pelo SEBRAE e pelo BNDES por critérios quantitativos de receita bruta anual e número de empregados.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 3º, estabelece que micro e pequena empresa sejam a “pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00” (PUGA, 2000, apud ALMEIDA, 2008, p. 54).

Pelo SEBRAE, pequena empresa é a que conta com no máximo nove pessoas ocupadas, quando a atividade é serviço ou comércio, e até 19, quando se trata de indústria. O BNDES adota o critério dos países do MERCOSUL para fins creditícios, que estabelece como renda até 400 mil dólares, isto é, 940 mil reais (CORDEIRO, et. al., 2005, p. 166).

O conceito de EPP foi criado pela Lei 7.256, de 27 de novembro de 1984, aprovada pelo então presidente João Batista Figueiredo. Com o programa de desburocratização, foi criado, através do Decreto 90.414, de 7 de novembro de

1984, o Conselho de Desenvolvimento do Micro, Pequenas e Médias Empresas. Dez anos depois, foi promulgada a Lei 8.864/94, que definiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (para fins creditícios, que estabelece como renda até 400 mil dólares, isto é, 940 mil reais (CORDEIRO, et. al. 2005, p. 166).

O tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas foi sugerido pela Constituição Federal de 1988, pelo artigo 179 e, atualmente, está disciplinado pelo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei nº 9.841/99 e pela Resolução nº 59/98 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, documento este que incentiva “Políticas de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL” (CORDEIRO, et. al. 2005, p. 165)

Analisando essa evolução legal no tratamento das empresas de pequeno porte, podemos observar que até 1984, eles necessitavam de um modo diferenciado para suas negociações com o Governo e as Instituições creditícias, mas dependiam da boa disposição da outra parte. Mas, com uma legislação específica, as partes têm seus direitos e deveres já definidos no âmbito legal.

Analisando as características comuns à micro e pequenas empresas, podemos relacionar os pontos semelhantes ao fato de ambas serem de porte pequeno, com menos empregados, hierarquia de funções mais limitadas, atingindo pequena fatia do mercado consumidor, de maneira a não despertar o interesse dos investidores estrangeiros, fato que as tornam dependentes apenas do capital interno

Grande número de empresas brasileiras, situadas na região urbana ou rural, produtoras ou prestadoras de serviços, ou exercendo ambas as atividades, hoje conhecidas no território nacional e no exterior, nasceram pequenas, num sítio, numa cozinha ou em uma pequena loja, com uma sala apenas. Por exemplo, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, hoje em volvida em inúmeros setores, desde a indústria têxtil, química, alimentícia, entre outros, nasceu como fabricante de banha de porco, em 1881, com o seu empreendedor, o italiano

Francisco Matarazzo, que após sua morte aos 83 anos, foi sucedido pelo seu filho, o Conde Francisco Matarazzo Júnior, duodécimo dos treze filhos (PISCITELLI, 1999, p. 58).

2.3 Situação atual

Segundo Matarazzo (2003, p. 20), a preocupação com um procedimento eficiente na Análise de Balanços surgiu no “final do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos”, passando a ter aceitação quando,

Em 9 de fevereiro de 1895, o Conselho Executivo da Associação dos Bancos no Estado de New York resolveu recomendar a seus membros que solicitassem aos tomadores de empréstimos declarações escritas e assinadas de seus ativos e passivos (MATARAZZO, 2003, p. 20-21).

Por volta de 1913, outros índices começaram a receber atenção, destacando-se, entre eles, “depósitos bancários em relação ao exigível”, “percentual de contas a receber em relação aos demais itens do ativo”, “percentual de estoques em relação a vendas anuais” (MATARAZZO, 2003, p. 22).

Em 1919, Alexander Wall, que ficou conhecido como pai da Análise de Balanços, criou um modelo para esse fim, mais tarde aperfeiçoado em parceria com outros autores (IBID).

Conforme Matarazzo (2003), no Brasil, a Análise de Balanços ainda era um instrumento pouco utilizado até 1968, quando, nesse ano foi criada a SERASA, “empresa que passou a operar como central de Análise de Balanços de bancos comerciais.

De acordo com ensinamento de Matarazzo (2003), novas pesquisas estão sendo realizadas pela DIAGNOSE – ANÁLISES EMPRESARIAIS LTDA, cujo know-how não fica a dever aos centros mais avançados do mundo.

2.4 Proposta

O tradicional costume de não valorizar a Análise da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e do Fluxo de Caixa, esse costume passou a ser legalmente combatido com a aprovação da Lei 6.404. Utilizando os dados da “Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, pode-se construir a Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa. A análise da DFCL “é a última palavra sobre a situação financeira da empresa e sobre a sua gestão de caixa” (MATARAZZO, 2003, p. 26).

Este estudo defende a proposta de um procedimento de Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa inserido na rotina administrativa financeira por ser um dos mais úteis aos negócios da empresa.

2.5 Comparação Situação atual com a Situação Proposta

Para estabelecer uma comparação entre a situação atual e a situação proposta pode-se, inicialmente, destacar que tem sido frequente o surgimento de problemas relacionados à falta adequada de administração do fluxo de caixa. A presença da DFCL na rotina empresarial, ao contrário, permite “saber se a empresa foi autossuficiente no financiamento de seu giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações. Esta informação revela a independência financeira da empresa e pode colocá-la em cheque.

2.6 Sete Ideias para Melhorar o Fluxo de Caixa da Pequena Empresa

- i. Faturar prontamente. Se o empresário ainda não implantou um sistema para controlar seu fluxo de caixa, deve começar (ou atribuir a um funcionário para começar) a faturar projetos regularmente. Ao aceitar encomendas de produtos, serviços ou projetos longos, deve negociar antecipadamente pagamentos regulares em vez de deixar o montante devido se acumular até a conclusão do contrato.
- ii. Criar incentivos para que o cliente pague mais rápido. Algumas pequenas empresas podem reduzir significativamente o tempo de espera do pagamento oferecendo desconto para pagamento antecipado.
- iii. Evitar desde logo clientes que demoram a pagar ou que não pagam. A melhor forma de evitar problemas de fluxo de caixa pela falta de

recebimento de pagamento é nem fazer negócio com o tipo de cliente que não paga ou que demora a pagar. Assim, se o empresário tiver algum grande cliente à vista, deve fazer seu trabalho de casa antes. Pedir referências de crédito e não se esquecer de conferi-las. Entrar em contato com outras empresas que trabalham com aquele cliente. Também é uma boa ideia contratar serviços de verificação de crédito de certas organizações.

- iv. Preferir permuta a dinheiro. É possível reduzir o impacto no caixa imediato se o empresário precisar de produtos ou serviços de alguém e conseguir permutar por seus próprios produtos ou serviços. Obs.: Esta não é uma forma de redução de obrigações tributárias — ainda é necessário relatar o valor da transação de permuta na declaração de imposto.
- v. Organizar o estoque. Se o empresário não conseguir implantar o sistema de gerenciamento de estoque just-in-time que muitas indústrias adotaram, tentar um just-in-time Junior é uma sugestão. Dinheiro gasto em estoque é dinheiro que não está produzindo juros nem dividendos para o empresário. Muitas vezes, reduzir o estoque pode ser muito simples. Há restaurantes que diminuem o tamanho de suas adegas, concentrando-se na qualidade dos vinhos de algumas poucas regiões em vez de tentar agradar a todos os comensais com vários tipos da bebida. Se o cliente ainda tiver boas opções na carta de vinhos, talvez nem perceba que há menos variedades que antes.
- vi. Considerar os empréstimos. Quase sempre é difícil para a pequena empresa pedir dinheiro emprestado. Mas há grande quantidade de pretextos usados pelos empresários para tomar um empréstimo. Há pequeno empresário que tem apenas um funcionário, mas possui quatro empréstimos diferentes relacionados à empresa: um para equipamento, outro para o carro, uma linha de crédito empresarial e um cartão de crédito empresarial. Se o empresário também tem vários empréstimos atrelados ao seu negócio, deve rever as taxas e termos de cada um deles. Talvez consiga consolidar dois ou mais empréstimos em uma conta a juros mais baixos e assim melhorar o fluxo de caixa. Se o empresário estiver pensando em conversar com o financiador para tentar consolidar os empréstimos existentes em um novo empréstimo, pode ser uma boa ideia

- escolher um prazo mais longo em troca de prestações mensais menores.
- vii. Dicas para manter o fluxo de caixa no azul. A verdade é que manter um fluxo de caixa com saúde é essencial para a sobrevivência e para o sucesso de uma empresa, além de refletir uma política de “bom senso empresarial”. Acontece que, para manter o equilíbrio financeiro, é preciso envolver os responsáveis de diferentes áreas cujas decisões afetam o desempenho do caixa. Ao mesmo tempo em que a função principal do administrador responsável pela gestão do caixa é garantir esse equilíbrio, assegurando a compatibilização entre as saídas de caixa para honrar as obrigações assumidas (contas a pagar) e a entrada de receitas (contas a receber). (<https://www.nibo.com.br/blog/6-dicas-para-aumentar-seu-fluxo-de-caixa/>>30-09-2013/
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/seis-dicas-para-um-fluxo-de-caixa-eficaz,12b8bb13a8d6d410VgnVCM1000003b74010aRCRD> > 19-05-2015)

2.7 Demonstração de Fluxo de Caixa

A DFC consiste no controle de dinheiro que entra e sai, seja do caixa de uma residência familiar, seja de uma barraca de feira ou de uma grande empresa. Até uma criança sabe quanto recebe de mesada, quanto gasta. E qual é o seu fluxo financeiro.

As pessoas mais organizadas fazem sua demonstração do fluxo de caixa (DFC) com base nos extratos bancários e nos cartões de crédito.

Segundo Marion (2009, p. 52), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é “um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. No Brasil, com a modificação da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, tornou-se obrigatória para as companhias abertas e as de grande porte (as grandes Ltda.).

A Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 das Sociedades Anônimas, substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, tornando obrigatória para as companhias abertas e grandes sociedades. Isto significa que as pequenas e médias

empresas não são obrigadas a fazer (DFC), apesar da importância para o bom andamento do negócio (Ibid).

2.8 Tipos de Fluxo de Caixa

Quando se inicia o estudo sobre Fluxo de Caixa, acredita-se que o assunto se esgota no controle de entrada e saída de dinheiro no caixa da empresa, durante um determinado período. Entretanto, logo se nota que a partir do “movimento de caixa” podem ocorrer várias modalidades desse movimento de valores, tais como:

Padrões de fluxo de caixa associados a projetos de investimento de capital podem ser classificados como:

- Padrão convencional de fluxo de caixa: trata-se de um fluxo de saída de caixa seguido por apenas uma série de fluxos de entrada. Por exemplo, uma empresa pode gastar R\$ 10 mil hoje e como resultado esperar receber um fluxo de entrada de caixa anual igual de R\$ 2 mil a cada ano, pelos próximos 8 anos.
- Padrão não-convencional de fluxo de caixa: refere-se a um padrão no qual um fluxo inicial de saída não é seguido por apenas uma série de fluxos de entrada. Por exemplo, a compra de uma máquina pode exigir um fluxo de saída de caixa inicial de R\$ 20 mil e pode gerar fluxos de entrada de caixa de R\$ 5 mil a cada ano, por mais 5 anos (GITMAN, 2006, p. 269).

Quanto às necessidades da empresa, Gitman (2006, p. 440) identifica os seguintes fluxos de caixa:

- Fluxo de caixa líquido da empresa: é achado ao se subtrair os pagamentos dos recebimentos em cada período;
- Saldo de caixa final: obtém-se adicionando o saldo de caixa final ao fluxo de caixa líquido da empresa para cada período;
- Financiamento total necessário ou “saldo em excesso de caixa”: obtém-se subtraindo o saldo de caixa mínimo desejado do saldo de caixa final.

Se o saldo de caixa final for menor do que o mínimo saldo em caixa, é necessário um financiamento em curto prazo (empréstimo bancário). Na hipótese de o saldo

de caixa final ser maior do que o saldo mínimo em caixa existe “excesso em caixa”. Presume-se que qualquer excesso em caixa seja colocado em um “investimento em curto prazo, líquido e que pague juros, isto é, em títulos negociáveis” (GITMAN, 2006, p. 440).

2.9 Modelos de Fluxo de Caixa

Matarazzo (2004, p. 111-112) identifica quatro modelos de elaboração do Fluxo de Caixa: Modelo Operacional, Modelo Completo, Modelo Direto e Modelo Indireto, cada um atingindo objetivos diferentes, com mais ou menos informações:

- Modelo Operacional em termos financeiros: mede apenas o resultado do período; elabora o que é o Resultado do Negócio, semelhante a uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Modelo Completo: inclui todas as alterações no caixa, como as de investimentos (compra e venda de ativo...) e as de financiamento (obtenção de novos recursos no mercado);
- Modelo Direto: destaca as entradas e saídas de dinheiro, informando a origem (fonte) e o uso (aplicação). Trata-se de um modelo mais revelador e fácil de ser analisado pelo leigo em contabilidade;
- Modelo Indireto: neste modelo, as variações no caixa oriundas da “atividade operacional são identificadas pelas mudanças no capital de giro da empresa (circulantes)”. Exemplo: Um aumento na “conta estoque” pressupõe redução do caixa, porque provoca um desembolso adicional. Uma redução da “conta fornecedora” pressupõe também uma redução do caixa, porque saiu dinheiro para pagamento da dívida com fornecedores. Esse modelo faz parte do lucro do período.

A DFC pode ser feita por meio de dois modelos: o modelo direto e o modelo indireto. No modelo direto destacam-se as entradas e saídas de dinheiro, informando também a origem (fonte) e o uso (aplicação). Trata-se de um modelo fácil de ser analisado pelo leigo em contabilidade.

No modelo indireto, as variações no fluxo de caixa oriundos da atividade operacional “são identificados pelas mudanças no capital de giro da empresa

(circulantes)” (IBID, p. 112).

2.10 Estruturação da DFC

Tanto o modelo Direto como o Indireto devem destacar três tipos de atividades: a) Operacional (ou Operações); b) Financiamento; c) Investimento.

A atividade operacional refere-se à venda de bens e serviços, geradora do caixa, de onde são subtraídas as despesas operacionais, impostos, participações, etc. Trata-se das transações ligadas ao objeto social da empresa.

O tipo Financiamento refere-se ao fato de que “as empresas obtêm caixa através de Financiamentos e Aporte de Capitais”. Neste item aparecem as amortizações de Financiamentos e o pagamento de Dividendos: “a captação de recursos e amortização dos recursos captados” (MARION, 2004, p. 116).

No item “Investimentos” devem ser destacados as aquisições de Ativos Permanentes (reposição de Ativos), a venda destes itens e as participações em outras empresas.

2.11 Plano de Contas

Cada empresa tem seu próprio Plano de Contas, de maneira que seja adequado com sua atividade e tamanho (micro, pequena, média e grande). Marion (2004, p. 116) cita dois exemplos: a) não há razão para uma empresa prestadora de serviços relacionarem uma conta de “Estoque em seu Ativo Circulante”, porque, normalmente, não realiza operações com mercadorias; b) não há necessidade de constar do “Realizável em Longo Prazo” de uma pequena empresa a conta “Empréstimos Concedidos a Empresas Coligadas”, se não existir nenhuma coligada.

2.12 Requisitos Básicos para o Planejamento do Fluxo de Caixa

Devem-se considerar todas as oscilações que eventualmente poderão ocorrer e que irão implicar em ajustes dos valores projetados nos orçamentos departamentais. Todos os envolvidos por estas informações deverão ser

responsabilizados pelas mesmas. Para o Planejamento e implantação do Fluxo de Caixa são necessários os seguintes requisitos:

- Apoio da cúpula diretiva da empresa;
- Organização da estrutura funcional da empresa com definição clara dos níveis de responsabilidade de cada área;
- Integração dos diversos setores da empresa ao sistema do fluxo de caixa;

Definição do sistema de informações, quanto aos tipos de informações, formulários a serem utilizados, calendário de entrega dos dados e os responsáveis pelas informações (FERREIRA, 2009).

2.13 Escrituração: Legislação

O Código Penal Brasileiro, em seu artigo 297, configura como crime “a inexistência do Livro Diário ou a elaboração do Balanço Patrimonial sem base fidedigna da Contabilidade” (MARION, 2004, p. 189).

O Novo Código Civil faz referências ao Livro Diário, Balancetes Diários, Balanço Patrimonial, Balanço de Resultado Econômico (DRE) e Inventário.

O artigo 1179, parágrafo 2º, estabelece que seja dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o artigo 970. “A lei assegura tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário quanto à inscrição e às consequências daí decorrentes”.

3. Metodologia

Para atingir o objetivo desse trabalho foi a usada pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliográfica já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfica etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em

contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2005, p.185)

Através da pesquisa bibliográfica serão demonstradas no trabalho diversas bibliografias que estão diretamente ligadas ao tema e será disponibilizado ao leitor conhecimento sobre o assunto para que de forma objetiva leve-o a se inteirar da importância da prática do Fluxo de Caixa na pequena empresa.

Para desenvolver o estudo, foram realizados os seguintes passos: a) identificação e limitação do problema; b) proposição dos objetivos; c) seleção da bibliografia; d) levantamento dos fundamentos teóricos; e) análise e reflexão sobre os dados coletados; f) redação final do estudo.

4 Análise de Resultado

Para desenvolvimento da prática do estudo realizado, o grupo trabalhou em conjunto com uma pequena empresa (familiar) voltada para mix de produtos artesanais, atuando diretamente com o comércio de laticínios e frios nacionais / regionais, localizada no bairro Guanabara na cidade de Campinas.

A empresa possui um Marketing Mix de aproximadamente 400 itens, entre queijos artesanais, geleias, doces, bebidas artesanais e embutidos, produzidos em várias regiões do Brasil. Devido à sazonalidade, em determinadas épocas do ano são servidos caldos e fondue; além do horário de atendimento ser estendido. Ainda, realiza eventos, pois existe demanda por parte de empresas em função do número de assentos disponíveis no salão (cerca de 50 lugares, podendo comportar mais pessoas de acordo com a adequação do mobiliário); e a comodidade de poder realizar um evento empresarial com uma degustação de um café da tarde, por exemplo. A empresa também se desloca até o endereço físico da empresa / cliente contratante a fim de realizar eventos temáticos sob demanda.

As dificuldades encontradas para a realização da prática do estudo, foram muitas, desde a abertura das portas de uma empresa até a coleta de dados e documentos para a elaboração do fluxo de caixa, como trabalhar com esses

dados e até mesmo a identificação da falta de documentos e o limite interposto pelos proprietários para nos liberar ao acesso de informações vitais da empresa. Isto reforça a dificuldade encontrada em organizar e manter esse procedimento em um ambiente saudável e competitivo visando conhecer o que pode ser aplicado, para que não fique dinheiro ocioso sem rendimento, assim evidenciando a importância do fluxo de caixa.

Os dados coletados são de janeiro a abril de 2018, e para os demais meses do ano foi feita uma projeção baseada nos meses anteriores.

A demonstração do fluxo de caixa da empresa encontra-se anexo ao trabalho.

5 Conclusão

Analisando o texto deste estudo, pode-se observar que o mesmo responde plenamente à proposta dos objetivos da pesquisa. Fazendo um confronto entre as expectativas do objetivo geral e os dados coletados, verifica-se que foi possível conhecer a situação atual das pequenas empresas em relação aos procedimentos de Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa. Ficou claro que os hábitos de elaboração e Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) precisam ser reforçados para que sejam inseridos na rotina da administração financeira.

O objetivo geral proposto pelo estudo é a identificação das principais razões do insucesso de tantas pequenas empresas, bem como conhecer as relações entre a mortalidade destas e a falta de qualquer tipo de planejamento operacional, e apresentar sugestões relativas à Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) que possam prevenir insucessos. Neste sentido, o objetivo geral foi plenamente realizado, pois a fundamentação teórica mostra que o insucesso da empresa se relaciona à ausência ou ineficiência do controle do Fluxo de Caixa.

Os objetivos intermediários que o estudo elegeu são os seguintes: a) Conceituar o Fluxo de Caixa; b) Discorrer sobre o Fluxo de Caixa na pequena empresa; c) Destacar as contribuições que o conto Le do Fluxo de Caixa pode oferecer às empresas; d) Destacar os benefícios da rotina administrativa voltada para os procedimentos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) para a pequena empresa. Além de conceituar os diferentes Fluxos de Caixa, o texto destaca o de DFC: controle de dinheiro que entra e sai, seja do caixa de uma residência familiar, seja de uma barraca de feira ou de uma grande empresa.

Para a realização dos objetivos citados o texto apresenta os diferentes conceitos de Fluxo de Caixa, dependendo de sua origem, destino, finalidade etc.; também discorre sobre o Fluxo de Caixa e sua importância para a sobrevivência da pequena empresa, além de identificar as suas contribuições para garantir a saúde do negócio empresarial.

O presente estudo leva à conclusão de que uma empresa que se propõe crescer, tornar-se forte ante seus concorrentes e obter credibilidade e fidelização de seus clientes, fornecedores e parceiros, deve dispor de todos os instrumentos gerenciais adequados ao seu negócio e, entre eles, um dos mais importantes: a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Charles Dias de. Análise das contribuições de políticas públicas direcionadas às micro e pequenas empresas: um estudo de caso na Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista – SP. 2008. 259 f. Tese (Mestrado em Administração de Organizações). Curso de Pós-Graduação de Administração. Universidade de São Paulo – USP, de Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17052008-115800/pt-br.php> >. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

AZEVEDO, Marcelo Cardoso de. Estrutura e análise das demonstrações financeiras. Edição Especial. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2008.

BRASIL. Código civil brasileiro. Lei nº 10.406, de 11-1-2003. Editora Escala. 2003.

CORDEIRO, Antônio Lopes, et. al. Foco no cliente: o desafio das micro e pequenas empresas. 14 p. In: PIZZINATTO, Nadia Kassouf (Org^a). Marketing focado na cadeia de clientes. São Paulo: Atlas, 2005. 214 p.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira: essencial. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: Abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Jansen de Queiroz. Fluxo de caixa. Disponível < http://www.rhportal.com.br/artigos/wmview.php?idc_cad=4am5m780u > Acessado em 26 de agosto de 2017.

6 dicas para um fluxo de caixa eficaz. Site SEBRAE, 19/05/2015. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/seis-dicas-para-um-fluxo-de-caixa-eficaz,12b8bb13a8d6d410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 10/06/2022.

6 dicas para aumentar seu fluxo de caixa. Site Nibo, 30/09/2013. Disponível em: <https://www.nibo.com.br/blog/6-dicas-para-aumentar-seu-fluxo-de-caixa/>. Acesso em: 10/06/2022.

ANEXO

ANEXO I – FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA - ANO 2018														
ENTRADAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
SOB DEMANDA	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	16.275,00	195.300,00	
SERVIÇOS	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	22.703,63	272.443,50	
REVENDA	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	12.206,25	146.475,00	
TOTAL DE RECEITAS	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	51.184,88	614.218,50	
SAIDAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
CMV	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	18.938,40	227.260,85	
Imposto Simples	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	3.859,34	46.312,07	
Aluguel	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	4.280,00	51.360,00	
IPTU	-	374,50	374,50	374,50	374,50	374,50	374,50	374,50	374,50	374,50	-	-	3.370,50	
CPFL	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	9.600,00	
Salários	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	9.346,20	112.154,44	
Água e Esgoto	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	7.200,00	
Seguro	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	1.500,00	
Sist. Cupom Fiscal	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	305,00	3.660,00	
Transporte	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	1.125,00	13.500,00	
telefone	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	3.600,00	
Contador	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	1.003,66	12.043,92	
INSS	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	1.601,82	19.221,87	
Contribuição Sindical	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sindicato	-	-	192,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192,07	
FGTS	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	460,96	5.531,47	
Férias 5 Funcionários														
1ª Parcela 13ª												2.880,98	2.880,98	
2ª Parcela 13ª												2.362,40	2.362,40	
Total	42.745,38	43.119,88	43.311,95	43.119,88	43.119,88	43.119,88	43.119,88	43.119,88	43.119,88	43.119,88	45.626,36	45.107,78	521.750,56	
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 8.439,49	R\$ 8.064,99	R\$ 7.872,92	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 8.064,99	R\$ 5.558,52	R\$ 6.077,09	R\$ 92.467,94

Fonte: Elaboração própria dos autores.